

Ceitec: confusão ou equívoco*

Adão Villaverde**

A matéria do Jornal do Comércio (página 7, edição de 11/01/2019), intitulada "Papel da Ceitec é defendido por especialistas do setor", foi absolutamente oportuna. Lembra que, há 18 anos, foram assentadas suas bases, quando estavam em curso dois instrumentos de Estado, na Capital e no País: (i) estudos do "Porto Alegre Tecnópole", reafirmando nossa vocação tecnológica e inovativa, e (ii) "Programa Nacional de Microeletrônica", propondo ações e estímulos para os Circuitos Integrados. À época, São Paulo e Rio Grande do Sul disputavam o investimento, mas a proposta gaúcha engendrava enorme capital científico-técnico, acúmulo de inteligência humana, empresarial, institucional e segurança jurídica para o formato mais consistente da Quádrupla-Hélice: acadêmica, setor produtivo, Estado e apoio na sociedade civil. Hoje, é a única empresa nacional com capacidade de prover soluções completas. Concretamente, são mais de 50 milhões de chips vendidos, 15 milhões de micromódulos entregues e mais de 30 patentes, primeira colocada entre empresas públicas no ranking do INPI. É natural que tal envergadura, uma espécie de spin-off para os arranjos setoriais, cha-

ve no nosso ecossistema inovativo e com a tarefa de redução do déficit de nossa balança comercial, carregue seus alcances, seus limites e também seus impasses. É isso que necessita ser analisado, não o atalho "liquidacionista", sumário, que parece estar no horizonte. De duas, uma: ou é confusão, ou é equívoco. Ou, quem sabe, infelizmente, as duas. Governador, prefeito, setores produtivos, academia, a aliança pela inovação e a sociedade gaúcha não só devem impedir tamanha regressão, como têm a responsabilidade, sim, de liderar e alinhar a construção de uma alternativa para revitalizar o imprescindível projeto no nosso desenvolvimento. Sobretudo em um tempo em que as empresas de base tecnológica, intensivas em inovação, têm papel estratégico para transformar conhecimento em valor para a sociedade. E isso os especialistas que defendem o Ceitec sabem mais do que ninguém.

..Engenheiro, professor, deputado estadual PT

*Artigo publicado no Jornal Comércio em 15 de janeiro de 2019.



Porto Alegre da Reciclagem Popular*

Alex Cardoso*

A cooperativa Ascat, uma das pioneiras da cidade, organizada no ano de 1996, com 22 anos de atuação, conhecida no mundo inteiro por intermédio de seus cooperados que articulam o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, apresentou projetos para a realização da coleta seletiva solidária, coleta com grande eficiência em mais de 50 municípios gaúchos, garantindo economia de recursos públicos, aumento de inclusão social com geração de postos de trabalho e real aumento dos índices de reciclagem, chegando a aumentos, de 100% já nos primeiros meses, o que nunca foi aceito pela administração municipal.

A Ascat, articulada com condomínios na Zona Sul de Porto Alegre, inicia em 2015 a coleta seletiva solidária. Este serviço é realizado em condomínios e grandes geradores, chegando a sustentar 30% da capacidade de produção da cooperativa, sem nenhum incentivo público, o que de fato é uma grande incoerência, vistas que a política de resíduos, PNRS, obriga os municípios a priorizarem as organizações de catadores para a realização de coleta seletiva.

A coleta completou dois anos em dezembro de 2018 e este ano já inicia com um grande apoio da Associação Nacional dos Catadores (ANCAT), com a compra e destinação de triciclo motorizado para a coleta. Este apoio ocasionou no aumento de 3 postos de trabalho diretos e tem como objetivo, ampliar a capacidade de coleta seletiva solidária.

“É um grande avanço na gestão dos resíduos e nós catadores estamos fazendo nossa parte, realizando um importante trabalho que deveria ser pago” comenta Pamela Menezes, coordenadora da Cooperativa Ascat, que acrescenta: “Queremos que você, cidadão e gerador de resíduos, também faça sua parte, apoiando a coleta seletiva solidária”.

Porto Alegre da Estagnação e do Retrocesso

Porto Alegre iniciou há 30 anos a coleta seletiva, sendo uma das cidades pioneiras do Brasil, envolvendo toda a sociedade para construir a separação adequada dos resíduos, a coleta seletiva e a construção de unidades de triagem com catadoras e catadores de materiais, organizados autonomamente para a realização da triagem e reciclagem dos resíduos.

Fruto de muita educação ambiental, a coleta seletiva de Porto Alegre tornou-se modelo para o mundo todo, tornando-se um orgulho brasileiro, tanto em questões ambientais, mas principalmente econômica, com o viés da inclusão e autonomia das catadoras e catadores.

Com o passar dos anos, a coleta estagnou e começou a retroceder, saindo da esfera pública de serviço e gestão, sendo privatizada e gastando atualmente quase um milhão de reais mensais, não conseguindo abastecer e sustentar com resíduos as organizações de catadores da cidade, apesar do aumento dos índices de produção de resíduos,

coletando apenas 100 toneladas dia de resíduos, num universo mínimo de 600 toneladas.*

Coleta Seletiva Solidária

Queremos a partir da educação ambiental, da coleta seletiva solidária, gerida e organizada pelas próprias organizações de catadores, realizar este serviço em Porto Alegre, devolvendo os resíduos recicláveis a indústria, gerando vida e cidadania às pessoas, fazendo com que os resíduos sejam reciclados, deixando de ir parar no Arroio Dilúvio ou no Aterro Sanitário, que só gera despesas econômicas, ambientais e sociais.

Solicitamos que os grandes geradores (lojas, mercados, condomínios) que apoiem nossa iniciativa entrando em contato com nossa cooperativa para firmarmos parcerias para a realização deste serviço, bem como solicitamos a todos e todos os cidadãos, a separarem adequadamente seus resíduos, pressionando a administração a contratar as cooperativas de catadores para realizarem a coleta seletiva solidária.

Possuímos um caminhão e agora com a aquisição deste novo veículo, estamos mais preparados tecnicamente para a realização deste importante serviço de defesa da natureza e de inclusão social.

Conte conosco que contamos com você.

(*) Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis da Cavallhada (ASCAT), Central de Cooperativas de Catadores de Porto Alegre e Região Metropolitana - Rede CATAPOA. Equipe de Articulação Movimento Nacional das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

Deputado apresentou PL transformado em lei da reciclagem no RS

Na tribuna da sessão plenária do último dia 24 de abril, o deputado Adão Villaverde (PT) ressaltou a construção, “a muitas mãos”, do Projeto de Lei 11/2010 que apresentou, sobre a destinação dos dejetos recicláveis oriundos da administração direta do RS, aprovado na tarde desta terça-feira (24). O parlamentar disse que são os catadores e o irmão marista Antonio Cechin, falecido em novembro de 2016, os verdadeiros autores da proposição.

“Nosso mandato só fez o trabalho legislativo”, pontuou ele, recordando que Cechin dizia que os catadores e catadoras são ‘profetas da ecologia e médicos do planeta’”. Villaverde também observou que o PL recebeu emendas do Executivo que permitiram sua aprova-

ção unânime. “Trata-se de um importante instrumento de políticas públicas, acerca da destinação dos descartes, bem como de sua socialização para as entidades de coleta e reciclagem”, acentuou ele.



“Atende critérios importantes e democráticos, contemplando todas as entidades, galpões, cooperativas nas quais a reciclagem seja principal fonte de renda, sem fins lucrativo e apresentando sistema de rateio entre associados ou cooperados”, ponderou. “Regulamentada, a nova legislação certamente contribuirá para afirmar uma cultura de separação do descarte, selecionando os

objetos adequados para o devido reaproveitamento, privilegiando a preservação ambiental e estimulando a geração de emprego e renda.

Ano novo, governos novos (??)*

Antonio Escosteguy Castro (**)

Primeiro de janeiro. Com o novo ano, no Brasil tomam posse os novos governos eleitos no ano anterior. No Rio Grande, Eduardo Leite. Em Brasília, Jair Bolsonaro. Qualquer análise mais apurada de seus governos há de começar por um exame de sua composição, em particular quanto ao nosso estado.

O discurso de campanha, amplificado pela imprensa sabuja, trombeteava que o Governo Eduardo Leite seria um governo “de novo tipo”, “da nova política”, um governo “técnico”. O resultado ficou muito longe disto. A composição foi claramente pensada para assegurar uma maioria folgada do Governador na Assembleia. Foram garantidas vagas para todos os grupos políticos necessários para tanto (PSDB, PP, MDB, PPS, PSB, DEM...) Há uma plêiade de parlamentares não eleitos, com cargos de consolação. Vários políticos tradicionais em áreas onde nunca foram testados ou onde não têm nenhuma expertise para assegurar os votos de seus partidos. O filho do Ministro-Chefe da Casa Civil foi nomeado para trazer o apoio do bolsonarismo no estado.

Registre-se que foi um lance brilhante a cooptação do MDB, sendo de todo inacreditável que este partido tenha aceito de imediato, passando o recibo do fracasso do Governo Sartori, que disputará com Amaral de Souza o troféu de pior governo da história do Rio Grande. Boa manobra, também, foi a colocação do reconhecidamente competente vice-governador Ranolfo na Secretaria de Segurança e Administração Penitenciária, única forma de fechar o caminho do Cel. Zucco para o cargo, o que significaria um verdadeiro governo paralelo no Estado. Por tudo isto, o Governo Eduardo Leite é uma ortodoxa lição do Presidencialismo (ou Governadorismo...) de coalizão.

Foi prometida, também, uma “excepcional qualidade” no Secretariado, o que nem de perto, convenhamos, se verificou. Como dito supra, boa parte dos cargos está ocupada por políticos tradicionais e prêmios de consolação, com pouca ou nenhuma experiência nas áreas onde estão alocados. Três das áreas principais do Governo, Fazenda, Saúde e Educação, só podem ser consideradas apostas. O Secretário da Fazenda é sim um técnico, mas vem de

fora, sem conhecer o Estado. A Secretária da Saúde é do ramo, mas tem limitada e provinciana experiência. O Secretário da Educação foi até bom gestor municipal, mas sem nenhuma intimidade com a matéria. A tão propalada “qualidade técnica” está apenas em algumas ilhas no governo, como a Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia. Com o devido respeito, o Governo Eduardo Leite está muito mais para o medíocre que para o excepcional.

Por fim, há de se questionar qual será o “núcleo duro” de formulação de políticas do novo governo. O PSDB do Rio Grande do Sul como partido não existe. O PSDB de Leite não é o PSDB de Yeda que não é o PSDB de Marchezan. Não há um programa coletivo de governo. Em Pelotas, uma cidade de porte médio, o Prefeito Eduardo Leite e a Vice-prefeita Paula Mascarenhas, constituíam um núcleo que era suficiente para impulsionar a administração. Não há ninguém com este perfil no governo do estado. Otomar Vivian é um hábil articulador, mas não um formulador de políticas. O Governador parece estar sozinho no centro do governo.

A comparação com o Governo Federal, porém, favorece o Gaúcho. O Ministério de Bolsonaro reuniu militares sem tradição de política, com figuras mais perto do folclore que da ciência e com destemperados de todo gênero, sob a batuta de um super ministro da Economia que seus colegas chamavam de Beato Salu, um personagem de novelas conhecido pelo fanatismo incontrolável. Não houve nenhuma preocupação em ajudar a constituir uma maioria no Congresso (não há nenhum ministro do Nordeste, por exemplo), parecendo estar o Governo Bolsonaro a confiar apenas no whatsapp e nos tanques... Se o Governo de Eduardo Leite está mais para o medíocre que para o excepcional, o Governo Bolsonaro está mais para patético que para o medíocre. A sucessão de marchas, contra-marchas e bate-cabeças da primeira semana é só um trailer do que pode estar por vir.

Mas a ortodoxia e a civilidade, por si só, não garantem um bom governo. Nenhum destes dois governos parece estar à altura do desafio que têm pela frente. A ver.

“
A ortodoxia e a civilidade, por si só, não garantem um bom governo. Nenhum destes dois governos parece estar à altura do desafio que têm pela frente.
”

(**) Advogado.

(*) Publicado no Sul 21: janeiro 9, 2019

A narrativa da Segurança Pública no Rio Grande

Tarso Genro**

“Homicídios e latrocínios registram queda no Rio Grande do Sul”.

Esta é a notícia do dia em vários veículos de comunicação do estado, depois que a Secretaria de Segurança Pública divulgou os dados da criminalidade em 2018. Porém, no próprio site da SSP/RS é possível fazer um comparativo com anos anteriores e identificar as razões que levaram ao resultado “positivo” do ano passado: o índice de violência atingiu um patamar alarmante nos anos de 2016 e 2017.

O segundo ano do Governo Sartori, por exemplo, registrou o recorde histórico de homicídios. Foram 2646 mortes violentas durante o ano.

Mas o que estava muito ruim, conseguiu ficar ainda pior. Foram 2669 assassinatos no ano seguinte. Depois de dados tão alarmantes, não seria surpresa uma diminuição dos dados em 2018, principalmente com a presença da Força Nacional de Segurança (criada no Governo Lula).

Mas a pergunta que fica, terminado o mandato do governador José Ivo Sartori, há motivos para comemorar?

Vamos comparar com a nossa gestão. Entre 2011 e 2014 o Rio Grande do Sul registrou 8014 homicídios. Entre 2015 e 2018 foram 9835 (aumento de 22,7%).

No caso dos latrocínios (roubo seguido de morte), os quatro anos do Governo Tarso registrou 450. No Governo Sartori foram 527. Um aumen-

to de mais de 17%.

Um outro dado preocupante, que envolve violência contra o cidadão, é o roubo de veículos. Vamos novamente ao comparativo entre os governos: Governo Tarso - 48822; Governo Sartori - 69789. Foram quase 21 mil motoristas que perderam seus carros abordados por assaltantes.



Não há dúvidas que os índices já eram preocupantes entre 2011 e 2014. A diferença básica com a administração que acaba de deixar o Palácio Piratini é que antes havia uma política de segurança pública com estratégia bem definida. Depois da criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) no Ministério da Justiça, reproduzimos os princípios do programa no Rio Grande do Sul: Policiamento Comunitário (Polícia Cidadã e Territórios de Paz), valorização dos servidores da área de segurança com aumento de salários e cursos de capacitação, aparelhamento das forças de segurança (aquisição de viaturas, armas e equipamentos para Brigada Militar, Polícia Civil, Instituto Geral de Perícias e Susepe), in-

vestimentos e abertura de vagas no sistema prisional, projetos de capacitação e formação de jovens para evitar a migração para o tráfico e o financiamento de pequenos empreendimentos individuais (Programa de Microcrédito Gaúcho).

O sociólogo Rodrigo Azevedo, um dos grandes especialistas de segurança pública no Rio Grande do Sul, chegou a citar em 2015 que o Rio Grande do Sul estava abrindo mão da implantação da sua primeira política pública para o setor. Segundo o professor, era um retrocesso não levar adiante a estratégia adotada entre 2011 e 2014, pois, mesmo que os índices daquela época não fossem os ideais, havia uma ten-

dência de queda no médio e longo prazo.

Com a falta de continuidade das ações e a diminuição dos efetivos das corporações, registramos o caos da violência nos anos seguintes. Mesmo assim, o Governo Sartori termina recebendo elogios de parte da imprensa ao analisar a gestão da Segurança Pública.

Sirvam nossas façanhas, mesmo quando não são façanhas.

(*) Com a colaboração de Guilherme Gomes

(**) Tarso Genro foi Governador do Estado do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, Ministro da Justiça, Ministro da Educação e Ministro das Relações Institucionais do Brasil.